

Dívida pública em títulos chega a Cr\$ 2,7 bilhões

A dívida pública em títulos (Letras do Tesouro Nacional e Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) atingiu, no final de novembro, o volume total de Cr\$ 2,7 bilhões. Segundo informou ontem o diretor da Dívida Pública do Banco Central, Cláudio Haddad, o saldo em circulação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional chegou a Cr\$ 1,8 trilhão e o de Letras do Tesouro Nacional, em Cr\$ 901 bilhões.

No mês de novembro, o Banco Central retirou da economia, através da colocação líquida de títulos federais no open, Cr\$ 40,7 bilhões. Vendendo LTNs para as instituições do mercado aberto, o BC retirou Cr\$ 47,6 bilhões, e resgatando ORTNs das empresas estatais, injetou Cr\$ 6,9 bilhões.

Como as Letras do Tesouro Nacional estão rendendo bem mais do que as ORTNs, em novembro o Banco Central só conseguiu colocar liquidamente junto às instituições do mercado aberto Letras do Tesouro Nacional (venda líquida de Cr\$ 15,5 bilhões). As Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional foram vendidas junto às empresas estatais. O BC vendeu para

as empresas governamentais ORTNs e comprou LTNs, tendo conseguido com esta operação uma retirada de recursos de Cr\$ 25,5 bilhões.

Desde o início do ano, a diretoria da Dívida Pública do Banco Central já enxugou da economia através de operações no open Cr\$ 519,3 bilhões, sendo que Cr\$ 448,4 bilhões do mercado e Cr\$ 70,9 bilhões, extra-mercado.

Na opinião de Cláudio Haddad, o pagamento da dívida pública interna não é motivo de preocupação, porque o prazo médio de resgate dos papéis "está ainda acima de um ano". Os papéis curtos — as LTNs — em poder das instituições do mercado (bancos, corretoras e distribuidoras) representam apenas Cr\$ 664 bilhões, contra Cr\$ 864 bilhões de ORTNs. O mercado detém 56,4 por cento da dívida pública, sendo que o restante se encontra em poder do Banco Central (em sua carteira de títulos) ou com empresas governamentais.

FORA DAS METAS

Mesmo com este ótimo desempenho, possivelmente até mesmo em dezembro a Didip retirará recursos da economia, ao invés de injetar — o crescimento dos meios de pagamentos ficará bem além das metas traçadas pelo Governo no orçamento monetário de 1981.

De acordo com Haddad, se ficar em 70

por cento, será "um bom resultado". A meta inicial era de 50 por cento, mas ele considera que uma expansão dos meios de pagamentos (moeda em poder do público e depósitos à vista nos bancos comerciais) em 70 por cento é absolutamente satisfatória diante de uma inflação anual de 100 por cento.

A expansão média dos meios de pagamentos, no decorrer deste ano, ficou entre 55 e 60 por cento.

Para o ano que vem, Haddad acha que as autoridades manterão a meta de crescimento da base monetária e dos meios de pagamentos em 50 por cento.

O que definirá os gastos governamentais em 1982, segundo ele, serão o volume de subsídios e o déficit do lapas.

FINANCEIRAS

Apesar de não ser especificamente sua área, Claudio Haddad comentou ontem que não acredita que as financeiras sejam enquadradas na resolução do Banco Central que autorizou o repasse de empréstimos externos no prazo mínimo de três meses.

Disse que a idéia inicial, que deverá ser mantida pelo Conselho Monetário Nacional, na reunião do dia 21, é de autorizar as financeiras a trabalharem com recursos externos, mas em empréstimos mais longos, provavelmente no prazo mínimo de um ano.